

INFLUÊNCIA DO CISMA CASTELHANO NA SOLUÇÃO DA CRISE NACIONAL DE 1385

A argumentação jurídica de João das Regras nas Cortes de Coimbra, em começos de Abril de 1385, ou, mais exactamente, a argumentação do cronista e historiador Fernão Lopes, não parece ter explorado e posto em toda a merecida e devida evidência, a importância decisiva que o facto de Castela se ter enfeudado ao cisma de Clemente VII — com as inerentes consequências políticas e canónicas — teve na solução da crise política nacional que D. Fernando nos deixou em herança. Diremos até que, do ponto de vista português, a filiação política e religiosa do Rei de Castela no papado cismático de Avinhão, foi verdadeiramente providencial, como providencial e sagazmente oportuna se nos revela a adesão incondicional e ostensiva dos prelados, barões, cavaleiros, povo e comunidades do Reino, ao legítimo pontífice e chefe da cristandade, Urbano VI.

No aspecto da *política interna*, pode dizer-se efectiva e definitivamente arrumado o problema dinástico nas Cortes de Coimbra, após a eleição e consequente aceitação do nome, dignidade e funções régias pelo Mestre de Avis. Tinha-se feito tudo quanto as possibilidades fornecidas pelas circunstâncias dramáticas de tempo e de pessoas ofereciam ao País.

Do ponto de vista da *política externa* o problema estava e continuou em aberto, se bem que *militarmente* decidido, a bem da Nação, nos descampados de Aljubarrota, em 14 de Agosto do mesmo ano. De certo que a solução *política* saída das Cortes de Coimbra e o desfecho *militar* de Aljubarrota facilitariam e arrastariam consigo a solução *internacional* da grande crise do Reino.

Mas a solução *externa*, sem a qual nem as Cortes coimbrãs nem Aljubarrota lograriam vingar *definitivamente*, deve o seu êxito a dois factores que importa justamente relevar: 1) o facto

de Castela ter entrado no Cisma do Ocidente, por deliberação da assembleia reunida na catedral de Salamanca, em 19 de Maio de 1381; 2) o facto de os homens públicos portugueses, tendo conscientemente com eles toda a Nação, se terem conservado intransigentemente fiéis ao Pontífice Romano, a quem a Inglaterra, nossa aliada, seguia também.

TEORIA MEDIEVAL DO PODER PONTIFÍCIO

Antes de mais nada, importa recordar aqui, em breves palavras, o papel decisivo representado pelo Sumo Pontífice no direito internacional medieval, que o mesmo é dizer, a teoria medieval do Poder. A partir de Carlos Magno (768-814) não se concebia nem sequer a ideia de um *estado laico*, assente em bases puramente naturais. A *Cidade de Deus* do grande doutor de Hipona, o *Reino da Cristandade* de mestre Alcuíno, tinha dois órgãos distintos e igualmente soberanos: a autoridade religiosa e a autoridade política, ambas com origem comum: *non est potestas nisi a Deo*. (*Ad Rom.*, 13, 1). Assim o Príncipe, na *formalidade* de ministro de Cristo na gerência da coisa pública, recebia o encargo do governo temporal; por sua vez o Sacerdócio, a Igreja pelos seus órgãos legítimos, exercia o governo espiritual dos povos.

Postas e aceites estas bases pelos próprios senhores temporais, os teólogos e os juristas tiraram-lhes as últimas consequências impostas pela lógica. Se o Príncipe exerce uma função ministerial, se bem que temporal de sua natureza, *em nome de Cristo*, pois de Cristo recebeu a sua missão, a Cristo deve também prestar contas do seu governo. Mas Cristo está presente entre os homens na pessoa do seu Vigário, o Pontífice Romano. A ele foi conferido solenemente por Cristo o *poder das chaves* para ligar e desligar. A ele, conseqüentemente, como a Cristo, deve o Príncipe dar contas de como rege seus súbditos. Como Cristo, chefe supremo e incontestado da Cristandade, pode admoestar, castigar e até destronar os Reis, assim o seu Vigário legítimo, o Papa canonicamente eleito, como chefe visível da *Cidade de Deus* que é, goza da mesma autoridade ⁽¹⁾.

(1) Cfr. Júlio César Baptista, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, em *Lvsitania Sacra*, Tom. I, 1956, e sobretudo Frei Álvaro Pais no seu *Espelho dos Reis*, Lisboa, 1955, I, *passim*.

Na vigência do Grande Cisma esta doutrina era de fácil aplicação. D. João I de Castela, porque aderira a Clemente VII de Avinhão e se rebelara contra Urbano VI, o Pontífice Romano, fora por este excomungado, destronado e seus súbditos desligados da fidelidade e obediência que como a Príncipe lhe eram devidas, pela bula *Regimini sacrosanctae* de Urbano VI, dada em Roma aos 28 de Março de 1382 (1ª), que o proclamava em face da Cristandade herege, cismático e blasfemo. O Duque de Lancaster D. João de Gaunt era nomeado comandante em chefe das forças ofensivas, pela bula *Dum laudabilium* (2ª) e a bula *Dudum siquidem* (3ª), verificada a contumácia do Rei castelhano, mandava pregar contra ele a cruzada, com todas as graças e privilégios espirituais que a Sé Apostólica outorgava liberalmente aos cruzados da Terra Santa. Não satisfeito ainda, Urbano VI publica a bula *Dudum contra iniquitatis*, de 8 de Abril do mesmo ano, regulamentando nos seus pormenores jurídicos a cruzada religiosa contra Castela (4ª).

Na aplicação prática à política portuguesa, não só o Rei de Castela era cismático e excomungado, mas o seu matrimónio com D. Beatriz de Portugal estava viciado de nulidade de direito, porque celebrado com dispensa de Clemente VII, que, como antipapa que era, não a podia conceder.

Por outro lado a Nação portuguesa, pela voz dos seus Procuradores nas Cortes de Coimbra, alinhara decididamente, por convicção e por política, ao lado de Urbano VI. O Dr. João das Regras, ou mais exactamente Fernão Lopes, aproveita hábil e oportunamente a situação falsa de Castela, argumentando desta maneira:

«Certo he que mais devemos dobedeçer a Deos que aos homeês; nem ley nehuña he dita ley, se nom he conforme com a ley de Deos, e mamdados da egreja; e pois que o Papa, afora pecado, todallas cousas pode sobre a terra assi como Deos; e quem despreza o que ell manda, despreza

(1ª) Caesaris Baronii, *Annales Ecclesiastici*, Paris, 1887, tom. 26, p. 428-432, *Monarquia Lusitana*, Lisboa, M.DCC.XXVII, p. 322-328, com a data errada.

(2) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 310, fls. 343-43v. — C. Baronii *Annales*, Paris, 1887, tom. 26, p. 446. Documento de 21 de Março de 1383.

(3) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 310, fls. 343v-44v. Documento de 21 de Março de 1383.

(4) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 310, fls. 345-46v.

Jhesu Christo cujas vezes tem; ergo de seu mandado per nenhuña guisa nom devemos de desviar, quamto a Deos nẽ quamto ao mundo, pois que comprido poder ha sobre a terra. Em tamto que nom soamente sobre os Christaãos, mas ainda sobre todollos Imfiees tem poderio e jurdiçom, porque todos som suas ovelhas, os maaos e os boõs, nem devemos demandar rrazom, por que o Papa que he Vigairo de Christo, isto possa fazer ou nom».

«... o quall Papa e pastor — continua o cronista — deve seer huñ e mais nõ, so cuja obediemçia e temor, todos devemos viver e nos salvar. E fora dhuña igreja soo millitamte e sua obediemçia nehuñ pode aver salvaçom, posto que seja martir por amor de Jhesu Christo, se em çisma persevera e he fundado; ergo justamente o Papa pode mandar punir quaesquer çismaticos nom obediemtes da igreja».

Postos os princípios do Poder Pontifício com este rigor e clareza, Fernão Lopes alude à cruzada mandada pregar, havia dois anos, contra o pretendente castelhano ao trono de Portugal. Mas se D. João I era inábil e estava degradado da sua dignidade para reinar em Castela, como poderia ser hábil em direito para governar Portugal? Mas ouçamos o cronista.

«Pois se o Papa Urbano nosso pastor e Deos sobre a terra, nos mamda e amoesta que perssigamos todollos çismaticos imfiees assi como hereges e membros talhados da igreja, avemdoos por escomungados da mayor escomunhom; outorgamdonos por esto, aquelles privilegios e perdoamças, que outorga aos que vão contra os emmiigos da ffe, em ajuda da Casa Santa»;

(aqui Fernão Lopes, interpretando o pensamento, expresso ou não, dos políticos de Coimbra, pergunta indignado):

«como tomariamos nos por nosso rei e senhor, quem foy e he tam claramẽte cõtra elle e cabeça de tanta malldade e çisma? certamente que nom he de dizer».

«Pois se elRei de Castella, e aquelles que sua teemçom seguem, por suas malldades e indigno proposito, per nosso senhor ho Papa, assi como çismaticos e hereges, per sem-

temça som comdanados, como tomaríamos nos taaes pessoas por nossos reis e senhores? Eu vos digo sem duvida, que nom era mais outra cousa salvo querer tomar huú Mouro, ou outro alguũ de fora da ffe, por seu rrei e senhor; e por isso dizem os dereitos, que em pecado e malldade de pagaão vive, quallquer que afirma que he christaão, e aa See apostolica despreza obedecer. E nom ssem rrazom — conclui o cronista — porque o Senhor Jhesu Christo hordenou e juntou assim huũa soo catholica egreja, a quall nom rreçebe em ssi departamento nem divisom, mas deve seer hũa unidade, sempre e perpetuallmente; e estes çismaticos hereges querem talhar a egreja de Deos, e vestidura do Senhor nom cosida, pecamdo na ffe, comtra aquelle artigo: Creo no Spiritu Samto, e hũa Samta Catholica Egreja. Pois avermos nos de tomar çismatico imfiell herege por nosso rei e senhor, que o direito e nosso senhor o Papa deffemde! Nom queira Deos que tall erro passe per nos; mas deffendamos nossa terra, que justamente podemos fazer; e nenhuũ presuma per erronia e imdiscreta cuidaçom, o comtrairo desto aver de seer feito» (5).

Posto o problema neste pé, Fernão Lopes concluía desta guisa o seu perfeito raciocínio:

«E por tanto pois que he *serviço de Deos, e proll e homrra da Samta Egreja*, pera nom seermos destruidos de nossos emmiigos, e ella viinr em mãos de çismaticos, acordemos em huũ amor e proposito; em nome de Deos que he Samta Trimdade, Padre e Filho e Spiritu Samto, nomeemos e escolhamos na melhor maneira que poder seer, este dom Joham, filho delRei dom Pedro, por rei e senhor destes rreinos» (6).

A «melhor maneira» de proceder à eleição, por mais altas que fossem as intenções dos Prelados, Cavaleiros, nobres Senhores e Procuradores, não pôde ser efectivamente a «melhor». O Mestre de Avis, em nome da sua consciência, opunha o seu veto:

(5) *Crónica de D. João I*, Livraria Civilização, Porto, vol. I, cap. CLXXXV.

(6) *Crónica de D. João I*, I, cap. CXCI.

tinha contra a lícita e válida eleição a ilegitimidade de nascença e a profissão solene dos três votos de religião, segundo a Regra de Cister, que o inibiam *de jure* de aceitar o encargo sem prévia dispensa apostólica.

A discussão parece ter sido acalorada. Na argumentação a que foi submetido pelos Bispos, Fidalgos e Procuradores dos Concelhos, entre os considerandos que parecem ter demovido o ânimo do Mestre e acalmado seus escrúpulos monásticos sobrelevam estes:

«...os ditos reinos estariam em grão perigo de vir em mãos de seus inimigos», *mormente cismáticos e revéis à Santa Igreja*; que tinham em vista, com a escolha nele feita, defender a Nação do rebelde e cismático rei de Castela, «e de levar adiante a honra do Santo Padre Urbano VI, verdadeiro Papa de Roma». E foi então que o Mestre de Avis, considerando com realismo a situação do Reino e «entendendo que *prazia a Deus de o ser*», aceitou o nome, a dignidade e o encargo de Rei para defender eficazmente a Nação, «e à honra e reverência do Santo Padre e da Sé Apostólica de Roma» (7).

SOLUÇÃO DIPLOMÁTICA DO PROBLEMA

Arrumado o diferendo política e militarmente, em Aljubarrota e em Coimbra respectivamente, faltava vencer outra batalha, uma longa batalha, para que a solução da crise nacional fosse definitiva: a batalha da Cúria Romana, a *sanatio in radice* de graves como numerosos atropelos perpetrados contra o Direito na eleição do Mestre de Avis, se bem que com as ponderosas atenuantes que as circunstâncias impunham.

Este momentoso *pormenor* que parece ter escapado, incompreensivelmente, aos Bispos e Doutores da Lei das Cortes de Coimbra, era em verdade doloroso espinho que lhes acicatava a consciência. Pois não teriam eles, naqueles embaraços tremendos em que viam a Pátria, sacrificado as leis da consciência no altar sacrílego da política? Não teriam eles procedido, com incrível precipitação, a uma gritante e escandalosa inversão de valores? Não teriam eles anteposto as *razões de estado* às *razões da lei divina*? Não teriam eles, inconsideradamente, sem medirem to-

(7) *Crónica de D. João I*, I, cap. CXCH.

das as consequências do seu acto, precipitado temerariamente os acontecimentos, exagerando os perigos para colocar Roma perante os factos consumados?

Algo de verdadeiro havia nestes embaraços do remorso. E a luta vai prolongar-se por seis longos anos, facto este que só por si nos revela a gravidade do acto e a complexidade dos problemas por ele gerados.

«Tanto que ele — o Mestre de Avis — foi alçado por Rei, logo os prelados, senhores e fidalgos e todo o povo das vilas e cidades que voz por Portugal mantinham, fizeram saber ao Papa Urbano *per uma larga supplicatória*, que levaram D. João, Bispo de Évora, e Gonçalo Gomes da Silva», o que tinham resolvido nas Cortes de Coimbra. E a solução dada à crise, afirmavam, tivera em vista evitar grandes danos e perigos das almas, corpos e bens, porque, por morte de D. Fernando, não tinham quem os governasse e defendesse «daquelle *cismático a ele revel*, que se chamava el-Rei de Castela», que já os invadira para os subjugar e destruir. Pelo que a Sua Santidade «humildosamente pediam que, esguardadas tais cousas cheias de necessidade e não lei, por consideração piedosa, com ele dispensasse que, não embargando que fosse cavaleiro professo de tal Ordem, que à de Cister se devia conformar, que livre e isentamente honra e nome de Rei pudesse ter e possuir, absolvendo-o, por cumprimento de apostólico poderio, de todo o atamento a isto contrário»⁽⁸⁾.

Como dos Registos das Súplicas de Urbano VI — e outro tanto se diga de Bonifácio IX — praticamente nada se salvou, não podemos hoje verificar, por esta excelente fonte, o autêntico conteúdo da embaixada, nem saber em que data se realizou, pois Fernão Lopes apenas nos deixou assinalado o facto, com esta vaga indicação cronológica: «*tanto que* ele foi alçado por Rei».

Todavia, se muito nos não enganamos, nós possuímos uma das vias originais da «larga supplicatória» a que se refere o cronista e que ele certamente teve em suas mãos no Arquivo da Torre do Tombo. Julgamos pois, supomos que com bom fundamento, que o documento n.º 9 da Gaveta 14, maço 3 da Torre do Tombo, do qual, afirma-se nele expressamente, foram feitos vários traslados, é exactamente o texto latino que serviu de sú-

(8) *Crónica de D. João I*, II, cap. LXXVIII.

plica à embaixada despachada a Urbano VI, logo que D. João foi eleito Rei de Portugal.

O mais interessante e sensacional é que o documento foi escrito e autenticado no Palácio Real de Coimbra, no mesmo dia 6 de Abril de 1385, com 64 assinaturas dos Bispos, Abades, Barões, Cavaleiros e Procuradores das vilas e outros lugares que haviam procedido à eleição do Mestre de Avis. O documento não é somente autêntico, como é original. Examinemo-lo, perfunctòriamente que seja, que vale a pena.

Primeiramente protestam os signatários a maior obediência e dedicação ao Pontífice Romano.

«Sanctissimo in Christo Patri, et Domino nostro, Domino Urbano, Divina Providentia Sacrosanctae Romanae et Universalis Ecclesiae Dignissimo Summo Pontifici, sui humiles et devoti oratores servitoresque continui, Praelati, Barones, Milites, Nobiles et Populares viri infranominati, ac omnes Communitates Civitatum, Universitates, Castrorum, Villarum et aliorum locorum insignium Portugaliae et Algarbii Regnorum, *in obedientia et devotione vestris persistentes*, cum summa reverentia et recomendatione sui, devotissima pedis oscula datorum».

Em seguida confessam expressamente como e por que haviam procedido a actos que qualificam sinceramente de menos lícitos segundo o direito, praticando mesmo actos que reputam inválidos:

«Pater Sanctissime, quem scimus infrascripta per nos, licet pro multis et gravibus animarum corporumque et bonorum nostrorum vitandis communibus damnis et periculis, acta *de jure minus licita*, ex quibusdam infra annotatis defectibus *invalida fore censenda*. Ideo ad Sanctitatis Vestrae clementiam singulare conservationis Status nostri refugium, pro eorum perpetuae stabilitatis remediis, omnes pariter duximus recurrendum, una voce, Vestrae Beatitudini».

Expõem a situação do Reino por morte de D. Fernando, que não deixara Rei, Governador ou Defensor *legítimo*, e continuam,

frisando bem a nota do cisma castelhano e da tentativa da conquista do País, com a consequente queda na órbita de Avinhão:

«Nos attendentes, quod Joannes Henrici, qui se nominat Regem Castellae, scismaticum per Sanctitatem Vestram, de scismate condemnatus, nitebatur cum potentatu suo scismaticorum Regna ipsa invadere, prout invasit, et ea, et nos, ac alios *devotos vestros* sibi et damnato Antipapae subagere, cum tunc non haberemus aliquod talem Dominum Ducem, Comitem, vel Capitaneum, Governatorem et Defensorem in aliquo ipsorum Regnorum, qui acta eorum, et nostram gubernationem et defensionem intenderet; ac cernentes nos ipsaque Regna in magnis periculis et perplexitatibus constitutos, requisivimus et rogavimus Illustrem ac Magnificum virum Dominum Joannem Magistrum Ordinis Militiae de Avis, inclitae memoriae Domni Petri Regis praedictorum Regnorum natum, et fratrem ipsius Domni Fernandi naturalem, ad recessum suum, de dictis Regnis jam peratum, ut sibi placeret apud nos manere, nosque et dicta Regna, sicut praefertur, Rege, Governatore et Defensore carentia, regenda, gubernanda et defendenda suscipere, ac circa minus timendos satagentium inimicorum impetus, de remediis congruis providere: qui quidem Dominus Joannes Magister, nostris opportunis et tandem importunis devictus instantiis, onera regiminis, gubernationis et defensionis nostri et ipsorum Regnorum viriliter *summa cum devotione Vestrae Sanctitatis* assumens, et dextera sibi nobisque auxiliante divina, ad laudem et gloriam Nominis Dei vestri nostrique, ac saepe dictorum Regnorum memoriter retinendos honores serenissime supportavit».

Em seguida os homens das Cortes de Coimbra referem-se à filha de D. Fernando, que dizem nascida de incesto (*incestu manifesto convicta est*), bem como aos irmãos do mesmo D. Fernando, que proclamam ilegítimos; apontam a situação interna do Reino e quanto era de temer a perda da independência nacional. Fora em ponderada consideração da situação realista e desesperada em que se viam, que se haviam reunido em Coimbra e tinham procedido à eleição do Mestre de Avis, «quamquam in-

victimum et contradicentem propter humilitatem suam, et propter infra designata impedimenta», «quasi cogentes eum his consentire, et nomen, dignitatem et honorem ac onera Regia hujusmodi acceptare. Ipsum tandem — conluem os Bispos e Procuradores — pro conservatione honoris et Status nostri, et *Sanctae Sedis Apostolicae*, ac pro evitacione dictorum periculorum consentientem, et onera gubernationis et defensionis nostrarum et ipsorum Regnorum si et in quantum poterat acceptantem, intronisavimus».

Posto o Papa perante o facto da eleição, canònicamente falando gravemente viciada, pedem para eles mesmos a absolvição de qualquer pena de excomunhão em que possam ter incorrido pelo seu procedimento e sobretudo para o Rei:

«...ut non obstante defectu natalium, quem ipse Joannes patitur de praefato Domino Petro Rege, etiam si tunc idem Petrus conjugatus et mater ipsius Joannes⁽⁹⁾, etiam si conjugata essent, genitus, et quod Ordinis Militiae de Avis professus Miles existat, cujus quidem Ordinis Milites professi in suo statu, habitu et regulari observantia Cisterciensi Ordini se conformare debent, et inuupti semper manere; dignitatem, nomen et honorem Regalia hujusmodi libere habere et licite retinere valeat, secum dignum gratiosissime dispensare ipsum de potestatis Apostolicae plenitudine ab omni vinculo obligationis, quo se eidem Ordini Militiae, et ipsius Regulari Observantiae astrinxit penitus de magna misericordia absolvendo eum, non obstantibus, et clausulis oportunis»⁽¹⁰⁾.

A iminência em que se encontrava Portugal de cair na órbita do Cisma, acentuam fortemente as Cortes de Coimbra, os tinha precipitado na solução da crise dinástica nacional: «ne labamur in subjectionem et manus impias damnatorum scismaticorum [...] et in *damnum et destructionem nostram et Ecclesiae*

(9) Esta acusação de *adulterino* feita a D. João I pelos seus mais fiéis partidários, baseia-se, quanto ao Pai, num erro histórico gratuito, isto é, na vigência do matrimónio de D. Pedro com D. Branca, facto que nunca se verificou. Este é assunto a tratar noutra ocasião.

(10) Torre do Tombo — Gavetas, 14-3-9 (original); *Reforma das Gavetas*, fls. 124-27v.

Romanae, atque *Domini nostri Papae* praedicti, quorum inimici capitales se exhibent». O amor ao verdadeiro Pontífice Romano e a conservação do Reino unido à Sé de Pedro os levava a passar sobre o direito: «*servitium Dei*, utilitas magna, et honor nostri et *Sanctae Romanae Ecclesiae*, ut non destrueremur ab inimicis nostris, et *ipsa Ecclesia non incideret in manus scismaticorum*»; não tinham procedido por desprezo das leis canónicas, mas para o maior bem da Igreja: «non in alicuius contemptum, sed honore, reverentia, auctoritate et superioritate Sancti Patris et Domini nostri Summi Pontificis et *Sanctae Sedis Apostolicae*».

Acentuam ainda fortemente os eleitores de Coimbra, que o Eleito nada fizera espontâneamente para conculcar a sua Regra; que recebera a eleição «cum magno corporis tremore», pois, confessava ele, «non poterat, nec libertatem habebat posse recipere et habere talia nomen, dignitatem et honorem». Acentuam, finalmente, que só quando o certificaram de que uma embaixada solene partiria imediatamente para Roma, a solicitar de Urbano VI as necessárias dispensas canónicas, se resignara a aceitar o cargo e dignidade reais. E foi então, mas só então, diz o Instrumento, que «nos omnes concordés in unico amore, proposito, voto, consilio, actu, in Nomine Patris, et Filii et Spiritus Sancti, nominavimus, elegimus, assumpsimus, habuimus et recepimus cum meliori et pleniori modo quo potuimus», como Rei de Portugal, por necessidade inadiável da política nacional e do próprio bem da Igreja, o Mestre de Avis.

PERIPÉCIAS DA EMBAIXADA

Esta a súpula da embaixada confiada ao Bispo de Évora D. João Anes e ao nobre e prudente varão D. Gonçalo Gomes da Silva, aos quais foi dada ainda carta branca para pedirem a Urbano VI, em nome de todos, isto é, da própria Nação, o mais que lhes parecesse conveniente.

Como é sabido, o Duque de Lancaster D. João de Gante (Gaunt), casado em segundas núpcias (1371) com D. Constança, filha mais velha de D. Pedro o Cruel, assassinado por Henrique de Trastâmara em 1369, pretendia, por sua mulher, o trono castelhano. Em Novembro de 1372 fora assinado entre o Duque e o Rei de Portugal um tratado contra os Trastâmaras, início de uma política comum peninsular.

Em 25 de Julho de 1386 arribara o Duque à Corunha com uma grossa armada e no 1.º de Novembro seguinte encontrava-se com o novo Rei de Portugal na Ponte do Mouro, entre Monção e Melgaço, onde ficou contratado o casamento de D. João I com D. Filipa, filha do Duque e de sua primeira esposa D. Branca de Lancaster. Note-se, entretanto, que em Maio do mesmo ano se firmara o tratado de Windsor com Ricardo II de Inglaterra, sobrinho do Duque (que fora um dos regentes na sua menoridade), tratado este que constitui a pedra angular da política secular luso-britânica.

Em 2 de Fevereiro de 1387 era efectivamente celebrado o casamento de D. João com D. Filipa, na Sé do Porto. Mas já antes, logo depois da entrevista da Ponte do Mouro, em carta sem data que Fernão Lopes transcreve, o Rei comunicava às vilas e cidades da sua obediência ter jurado e prometido casar com a Infanta D. Filipa de Lancaster. Nesse documento lêem-se estas palavras: «E porquanto Nosso Senhor o Papa já havia dispensado connosco que pudéssemos casar, houvemos sobre isso nosso conselho» (10ª).

Põe-se aqui este grave problema jurídico: teria el-Rei casado, de facto, com a dispensa pontifícia dos seus votos solenes regulares, sem a qual o matrimónio teria sido nulo *de iure*? (10^b).

O problema levantou-se imediatamente e pelo Reino correram desencontradas e apaixonadas versões, certamente sopra-

(10ª) *Crónica de D. João I*, II, cap. XCIV.

(10^b) No seu estudo *As Cortes de Coimbra de 1385*, o Prof. Doutor Marcelo Caetano escreve: «Eleito o novo rei, a confirmação da sua legitimidade resultaria da palavra do sucessor de S. Pedro. Com a sua sanção e a sua bênção cairia a razão de ser dos últimos escrúpulos: mas entretanto a necessidade forçava a agir e D. João I, freire militar professo, não hesitou mesmo em casar sem dispensa pontifícia quando o interesse nacional o impôs nem os bispos portugueses tampouco hesitaram em elegê-lo, apoiá-lo e... casá-lo». — (*Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1951, Tomo V, Vol. II, p. 26).

Não podemos perfilhar as duas afirmações: que D. João I casou sem dispensa pontifícia, e que os bispos portugueses eram tão laxos de consciência que o casaram sem a prévia dispensa dos votos regulares, pois mais não fariam que sancionar uma *mancebia sacrílega* à face do Direito. Não é isto, aliás, o que consta de Fernão Lopes nem dos documentos conhecidos. Por outro lado, o Mestre de Avis pelo facto de ter sido chefe de uma ordem religiosa não era *clérigo*, a não ser no sentido lato da terminologia canónica. Mas o que em direito canónico invalida o matrimónio não é o facto de o pretendente ser *clérigo*, mas de o ser de *ordens sacras*. Pelo direito comum e por privilégios especiais os freires das Ordens Militares portuguesas, nesta época, em virtude dos seus votos solenes de religião, eram equiparados aos clérigos de *ordens sacras*. É por este, e não por outro qualquer motivo, que o casamento do Rei, sem dispensa, teria sido nulo de direito, o que os Bispos portugueses bem sabiam... Se o consentiram — é a conclusão que se nos impõe — é porque a dispensa existia.

das pela facção adversa ao Rei, vencida mas não convencida nas justas de Coimbra e Aljubarrota. O Papa não dispensara com el-Rei de forma a que casar pudesse; o Rei não recebera bula de tal privilégio, mas apenas o Duque de Lancaster ficara de mandar por ela. Isto corria de boca em boca. Mais tarde, quando a Urbano VI sucedeu Bonifácio IX, este dispensara efectivamente, mas com determinadas condições, corria ainda.

Que era feito da embaixada enviada pelas Cortes de Coimbra a Urbano VI, «tanto que o Mestre fora alçado por Rei»? Esclarece Fernão Lopes: quando el-Rei casou havia mais de um ano que o Bispo de Évora e Gomes da Silva tinham largado em duas galés para a corte romana. El-Rei recebera deles recado, no momento em que com o Duque de Lancaster tratava seus feitos, dizendo como chegaram a Génova onde acharam o Padre Santo, e que tendo-lhe apresentado o instrumento de sua embaixada, «ell em todallas cousas por sua parte pedidas benignamente dispensara, e que o roll era jaa asinado, e trabalhavam de tirar as letras» ou bulas ⁽¹¹⁾.

E aqui está uma explicação do cronista que, ao contrário de tantas outras, tem todos os visos de exprimir a realidade dos factos. O regimento da Cúria Romana era mesmo aquele. O Papa assinava o rol das súplicas com a letra inicial do seu nome de baptismo ou outra que escolhia para o efeito. Os funcionários transcreviam integralmente o documento nos in-folio da chancelaria. Os registos subsistentes contêm principalmente as graças ordinárias requeridas ao Papa *in foro externo*, concedidas directamente pelo Pontífice até ao fim do século XV. Se o Papa pelo seu punho despachava, escrevia: *Fiat*, e por isso se lhes chamou graças *per fiat*. Se apenas assinava o referendário, este exarava: *Concessum in praesentia*. As graças *per concessum* eram invariavelmente firmadas pelo Vice-Chanceler ou pelo Regente da Chancelaria ⁽¹²⁾.

Isto mesmo se deu com a «larga suplicatória» de que fala Fernão Lopes, da qual fizemos largos extratos. Assinada a petição das Cortes *per fiat*, os escrivães da Chancelaria tirariam posteriormente as bulas, tantas quantas fossem necessárias, segundo

(11) *Crónica de D. João I*, II, cap. CXXII.

(12) P. Bruno Katterbach, O. F. M. — *Inventario dei Registri delle Suppliche*, Città del Vaticano, MDCCCXXXII.

a natureza canónica das diferentes súplicas, datando-as com o dia do despacho pontifício. Evidentemente que, *in foro interno* ou da consciência, a dispensa ou graça era válida e surtia todo o seu efeito, a partir do dia da assinatura do rol.

Urbano VI, por uma atitude de espírito que vamos explicar, nunca mandou bular as súplicas, dando-lhes valor *in foro externo*, como a sua mesma natureza o requeria. Dizem uns que por teimosia do seu difícil carácter — que em muito contribuiu para a tragédia do Cisma — ou quer porque os embaixadores portugueses, inexperientes dos trâmites da Cúria Pontifícia, não requereram em devida forma que as bulas lhes fossem passadas.

Fernão Lopes, se bem que aluda à segunda hipótese, atribui sobretudo à primeira o malogro da embaixada. Talvez sem razão, como vamos ver.

Um tal Mestre Henrique — relata o próprio cronista — de nacionalidade inglesa, que então estava em Roma, fingindo ser grande servidor do Duque de Lancaster, «sem sabendo ell nã sua molher desto parte, falssamête emfformou o Papa, dizemdo que o Regno de Portuguall pertencia a Duquesa dona Costança, e deshi ao Duque dAlemcastro por ser seu marido».

Naturalmente Urbano VI, pela mais elementar prudência, mandou sobrestar, como afirma o cronista de D. João I:

«O Papa ouvindo ssuas rezoões, porque el Rey dImglatterra [Ricardo II], sobrinho deste Duque, era huñ dos notaves senhores que lhe emtam obedeciam, deshi porque alguñs affirmavam muito que ell Rei dImglatterra queria trautar que el Rei de Castella se decesse da temçam que tinha e viesse a obediencia da Egreija, mamdou as letras estar asy quedas, ataa que fosse sabudo em certo como era o que lhe ffalara aquell Mestre Amrique».

Comunicado o caso a D. João I, queixou-se este, naturalmente, ao Duque de Lancaster pelo doutor Gil do Sem (Dossem), do seu Conselho. O Duque responde ao *futuro genro* — o que leva a data do documento para *depois* do convénio da Ponte do Mouro, em 1 de Novembro de 1386 — por estas sentidas palavras:

«Muy nobre e poderosso Rei, vos sede certo que esto nunca foi ffallado per nos, nem per noso mamdado, nem da dita Rainha, nem nos prougue nem praz dello: amte sa-bei que assy per alguñs vossos que mamdavêes, como per outras pessoas que hiam a corte [de Roma] emvyavamos de-mandar afficadamente ao Papa que por amor de nos deli-brase loguo vossos neguocios asy como se fosẽ nosos, caa tem-os que os nossos ffeitos e os vossos que todos eram hñs, se-guumdo as maneiras que amtre nos e vos eram, que esto lho teriamos em graça especiall. E por esto nã devees de cuidar que por nos nẽ por a dita Rainha fosse mamdado nem com-mentido cousa per que a vossos neguocios viesse embargo; e deveillo aver por certo por algũas rezoẽs, especiallmem-te se nos ouvesemos fallado em ello, *como trautariam os casamento de nosa muito amada filha Felipa comvosquo*, caa a nos compria muito seguumdo voso estado, que ella ouvese homrra e estado, seguumdo a linhagẽ domde hee».

E para que o Rei de Portugal entendesse que o Duque ti-nha seus negócios no coração, «asy como nosos mesmos», orde-nara mandar a Roma o seu chanceler do selo da puridade, o dou-tor em Leis Guilhem, «pera que em noso nome emforme o Papa da nosa vomtade nos feitos que trajem a vosa homrra e delivra-mento a vossos neguocios»⁽¹³⁾.

O Duque de Lancaster era realmente sincero e Fernão Lo-pes podia ter alegado um documento que prova exuberantemen-te a sua amizade. Após o casamento de D. Filipa (2-2-1387), seu Pai e Madrasta fazem perpétua doação entre vivos ao marido, de todos os direitos que porventura haviam ou poderiam vir a possuir em Portugal, em documento feito em Babe, termo de Bragança, em 26 de Março de 1387⁽¹⁴⁾. Os receios de Urbano VI, se bem que prudentes, deixavam de ter fundamento, pelo menos a partir deste momento.

Restava o outro motivo: a esperança que nutria de que o Rei de Castela abandonasse o Cisma, não lhe convindo, consequen-temente, mostrar *públicamente* que estava contra ele no caso

(13) *Crónica de D. João I*, II, cap. CXXII.

(14) Torre do Tombo — Cavetas-17-6-7 e 18-3-26 (originais) e *Livro I dos Reis*, fls. 103-104.

concreto da política portuguesa. Tanto mais que o Duque de Lancaster renunciara à guerra contra Castela, contratara o matrimónio e casara efectivamente sua filha Catarina com o primogénito do Rei Castelhana (apesar de herege, excomungado e cismático!), na catedral de Palencia, em fins de 1388 ⁽¹⁵⁾.

Não se pode dizer que estes factos fossem de molde a tranquilizar a Corte portuguesa e a apressar o bom despacho da embaixada de 1385.

Infelizmente Fernão Lopes é irritantemente omissivo em datas fundamentais para o esclarecimento de variados como importantes problemas históricos. Documentos sem data, factos sem cronologia ou de cronologia vaga, são moeda corrente na sua narrativa. E aqui estamos em face dum caso destes, entre tantos.

Regressaram os homens da primeira embaixada a Portugal. El-Rei ordenou, diz o cronista, «sem poer mais tardança» — mas sem que saibamos exactamente, nem mesmo por indícios, o quando destes factos — que novamente partissem para a Corte Papal o mesmo prelado de Évora e o bacharel em direito João Afonso, prior da Alcáçova de Santarém, filho do honrado cavaleiro João Afonso de Azambuja.

Várias vezes requereram a Urbano VI que mandasse fazer as bulas, como no rol, já por ele assinado, se continha. Mas ele dava-lhes «suas coloradas escusas, levamdo os de dia em dia». E as delongas eram tais que falando-lhe um dia o Dr. João Afonso da Azambuja no caso, presentes alguns cardeais, «que a elles compria mais tornaremse sem reposta que estarem ali perdendo seu tempo», Urbano VI lhe replicou que não havia razão para se agravar, «ca elle avia el Rei de Portugall por absolto e com elle despemsado compridamente em todalas cousas que lhe mamdara pedir, posto que as letras tão cedo feitas nam fosem. Joham Affomso — continua o cronista régio — respomdeo a esto algũas rezoões de que ao Papa desprougue, e asy como quei-xoso respomdeo contra elle, dizemdo: *Tu te podes hir quamdo quiseres, mas se tu te ffores, tu hirás e tornarás*».

Com semelhante resposta acordaram os embaixadores em partir para Portugal, passando pela Flandres. Presos na Alema-

(15) *Crónica de D. João I, II, cap. CXVIII-CXIX.*

nha e retidos ali «sem porquê, salvo por os espeitarem», foram remidos por 2.000 florins da câmara ⁽¹⁶⁾.

A política de Urbano VI levava rumos cada vez mais intranquilizadores para a política portuguesa, com a ideia fixa de assim chamar a Espanha à sua órbita. As bulas *Dudum tempore* ao Bispo de Bordeus e aos Bispos Ingleses, de 16 de Janeiro de 1389, logo depois da paz do Duque de Lancaster com o Rei de Castela ⁽¹⁷⁾ mandavam suster a recolha de esmolos para a cruzada contra o Castelhana cismático, deposto e herege... E quando o Rei de Portugal ordenava despachar nova embaixada, providencialmente Urbano VI morria, em 15 de Outubro de 1389.

A atitude de Urbano VI para com Portugal, tanto em contraste com a de Portugal para com ele — e esta não era ditada apenas pelo oportunismo político, porque era incontestável manifestação do sentimento sincero e secular do Povo português — ao mesmo tempo que traduzia o carácter teimoso e caprichoso do velho napolitano, que os historiadores da Igreja lhe afivelam, revelava também uma conduta política que tinha os seus ponderosos motivos. Certamente que não se procede desta maneira apenas por capricho...

Urbano VI falecia, pois, em 15 de Outubro de 1389. D. João de Castela seguia-o para a sepultura em 9 de Outubro do ano seguinte. Clemente VII morria também em 16 de Setembro de 1394. Urbano VI não despachara os sucessivos embaixadores de Portugal, mas também não conseguira arrancar o Rei de Castela à obediência do Antipapa de Avinhão. A cruzada contra Castela falira estrondosamente no dia em que o Duque de Lancaster se harmonizara com o Rei cismático, porque no fundo das coisas a cruzada contra Castela, decretada por Urbano VI, era apenas a guerra dinástica para o Duque, a sua guerra, colorida com o carácter de cruzada religiosa. A não ser assim, não se consegue compreender o sincronismo com que o Papa abandonou a luta, deixando só em campo o Rei de Portugal. Enfim Portugal firma as tréguas com o Castelhana em 29 de Novembro de 1389, mês e meio depois do falecimento do Pontífice Romano. E o cisma castelhana continua.

(16) *Crónica de D. João I*, II, cap. CXXIII.

(17) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 311, fls. 268-269 e 269-269v., respectivamente.

SOLUÇÃO DE BONIFÁCIO IX

O cardeal Pedro Tomacelli, também napolitano, é eleito sucessor do desiludido Urbano VI, em 2 de Novembro de 1389. D. João I, «nã embarguamdo a sopricaçaom que pelos embaixadores primeiros mamdara e o asinamemto do Papa Urbano que de sua despensaçaom leixara feyto», ordenou logo outra embaixada e nova «suplicatória» no teor da primeira. Os letrados e juristas do Conselho de Estado opinavam que tal súplica era escusada, visto o rol estar já assinado pelo Papa defunto, bastando portanto, segundo a procedura geral da Chancelaria Papal, requerer novamente que fossem passadas as bulas. De facto era uso e regra da Cúria «que a graça feita pelo Samto Padre, posto que nam fose escrita em sua forma, ou ffose feita e nam bullada, que nã expirava porem per morte delle, mas ficava em sua força des aquelle tempo que a ell outorguara, e nam do tempo que fose feita ou lhe posesem o sello».

Se bem que fosse exactamente assim, como os juristas razoavam, «por moor cautella e avomdamento», mandou fazer «hũa tall como a primeira», e despachou por seus embaixadores o doutor João Afonso da Azambuja, já Bispo de Silves (1389-1391) e o fidalgo João Roiz de Sá. «E dada ao Papa a soplicaçaom que asy levavam, elle a ouve por sobeja, e benignamête respomdemdo, dise que pois seu amtecesor avia outorguado tall graça e o roll asinado seguumdo el sabia, que era de presentemte estonce, que escusado era soplicar mais sobre ello, senam soomemte requerer as letras».

Pediram os embaixadores que o despacho dado por Urbano VI ficasse assinalado em diploma, «pera rremover das gemtes algũa errada temçaom que muitos comtra [esto] tinham». E assim nasceram, finalmente, depois de uma luta diplomática que se arrastou por seis longos anos, as célebres bulas *Divina disponente clementia* (27-1-1391) e *Quia rationi congruit* (28-1-1391), publicadas em vernáculo saboroso por Fernão Lopes, sem data, como é seu sestro.⁽¹⁸⁾

Finalmente, em 9 de Julho de 1391, presentes os Bispos de Lisboa e do Porto, eram solenemente publicadas no púlpito da

(18) *Crónica de D. João I*, II, cap. CXXV e CXXIV. — Torre do Tombo — *Bulas* 5-9 — *Bulas* 26-15 e *Livro I dos Reis*, fls. 8-9v.

Sé de Lisboa, por Frei Rodrigo de Sintra, grande letrado, mestre em Teologia e mui famoso pregador da Ordem de S. Francisco. A análise dos dois documentos, o primeiro endereçado ao Rei e o segundo aos fiéis católicos do orbe, revela-nos o papel decisivo que a dedicação do Rei e do Reino a Urbano VI, à Igreja Romana e ao próprio Bonifácio reinante, tiveram na concessão liberalíssima de todas as graças supplicadas: absolvição de quaisquer sentenças de excomunhão e outras penas canónicas *ab homine* ou *a iure*, em que tivesse incorrido; dispensa dos votos solenes de religião, bem como de todo o perjúrio, nódoa, infâmia ou inabilidade jurídica; legitimação de nascimento, embora concebido e nado de pais casados⁽¹⁹⁾; confirmação como Rei de Portugal e legitimação do matrimónio, pois fora eleito, aceitara o trono e casara na vigência dos votos solenes, ligado, portanto, por sentenças e penas canónicas e inabilitado pela nódoa de infâmia pública⁽²⁰⁾.

Chega a parecer incrível que os Bispos e Juristas das Cortes de Coimbra tenham tropeçado por tal forma contra os mais elementares princípios do Direito Canónico! Mas não havia, naquela crítica conjuntura, outro caminho aberto. Lançaram-se, consequentemente, na senda dos factos consumados. O Mestre de Avis, sabiam-no perfeitamente — pois não tinham eles aplicado, cremos que injustamente, o labéu da *ilegitimidade* de nasença aos filhos de D. Inês e D. Pedro? — era inábil de direito para reinar, quer porque era ilegítimo (seus partidários vão até ao excesso erróneo e injusto de o dizerem *adulterino* de pai e mãe!) quer porque era professo de um Instituto Religioso de votos solenes, que não sòmente tornavam ilícito mas inválido tal acto.

Mas lá estava o cisma castelhano por um lado, e a sua fidelíssima obediência, nunca desmentida, ao legítimo Pontífice Romano, pelo outro, para salvar a situação, que era efectivamente melindrosa perante o direito ou a teoria medieval do Poder pontifício. Felizmente Bonifácio IX compreendeu logo o problema,

(19) Cfr. nota (9).

(20) Na realidade Bonifácio IX, como a segunda bula expressamente o afirma, não faz senão confirmar em documento *público*, «por lembrança», «por maior cautella e seguurança e ainda moor firmeza», quanto fora já dispensado por Urbano VI. A dispensa dos votos para o casamento de D. João I é *anterior* à realização do acto, como consta deste estudo. Não há pois que falar em revalidação do matrimónio.

a que não era estranho, havia anos, segundo confessa repetidamente na bula *Quia rationi congruit*.

Atendendo a que o Mestre de Avis, com a sua prudência e valentia, salvara Portugal do poder do cismático e herege João Henriques de Castela, tornando-o à sua antiga liberdade, e dele, «perseguidor de Deus e nosso e da sua Santa Igreja», vitória e triunfo alcançara, tendo com os cardeais «assaaz de falamento», «esguardando a gram devaçom que a nos e ha dita Igreja sempre ouveste, de conselho delles todos» — a louvor da Santíssima Trindade, «da sempre Virgem gloriosa Maria», dos Apóstolos e «homrra e bom estado da Samta Sagrada Igreja, nossa esposa» — o novo Romano Pontifice abre largamente o seu coração paternal, concedendo imediatamente quanto desde 1385 se vinha suplicando em vão, com infindas despesas e dissabores, numa pertinácia heróica. Mas *audaces fortuna iuvat!* Estava ganha, finalmente, a última e por certo a não mais fácil batalha, graças à influência do cisma castelhano e à inabalável fidelidade portuguesa ao Pontificado Romano.

E se a alguém parecer que estamos a exagerar, imagine-se, por um momento que seja, que Portugal se lançara no Cisma e que Castela aderira a Urbano VI, ou simplesmente que Portugal e Espanha militavam na mesma política religiosa. É para se duvidar fortemente que a dinastia de Avis tivesse vingado e que tão depressa houvéssemos assegurado a independência nacional.

A confirmar as excelentes relações existentes entre a Cúria Romana e a Corte de D. João I está o facto, entre tantos outros, de o Rei de Portugal ter enviado duas galés, de que era arrais o nobre João Ramalho, incorporadas na armada pontifícia sob o comando supremo de Bernardo de Perpiniano. O documento pontifício que atesta o facto é de 21 de Outubro de 1391⁽²¹⁾.

Falecido Clemente VII em 16 de Setembro de 1394, como já foi dito, sucedeu-lhe no antipontificado o aragonês Pedro de Luna, em 28 do referido mês, com o nome de Bento XIII. A D. João I de Castela sucedeu seu filho D. Henrique III, em 9 de Outubro de 1390, a quem seguiu na obediência cismática, primeiro a Clemente VII e posteriormente a Bento XIII.

(21) Arquivo do Vaticano — *Reg. Vat.*, vol. 313, fl. 185.

Na bula *Quamvis ad regimen apostolicae sedis*, de 1 de Setembro de 1398, endereçada ao Arcebispo e Deão bracarenses e ao Bispo de Coimbra, Bonifácio IX faz a história do cisma de D. João I de Castela e Leão, relata as tremendas sentenças de excomunhão-maior e deposição régia contra ele fulminadas por Urbano VI, refere a tentativa de cruzada contra o cismático e herético genro de D. Fernando e pretendente ao trono português, confirma e aplica contra o filho — D. Henrique III — a violenta legislação canónica do predecessor, mandando renovar contra ele a pregação da cruzada nos reinos de Castela e Leão, bem como nos reinos de Portugal, Navarra e nas partes da Vascónia.

Desde os alvares do seu pontificado — ao invés de Urbano VI — Bonifácio IX não se deixara ludibriar com a política religiosa dos Reis de Castela e Leão, nem acerca dos seus autênticos sentimentos para com o Pontífice Romano, mas abriu logo os olhos e avaliara sagazmente, em toda a sua extensão e importância, a inabalável fidelidade de Portugal à unidade da Igreja Romana, não apenas por oportunismo político, mas por geral e verdadeiro sentimento do Povo português.

A importância política do cisma castelhano na solução definitiva da crise dinástica e sucessória de 1385, parece-nos não só evidente, mas excepcional. O estudo e aplicação do Direito Canónico medieval — nomeada e particularmente do direito matrimonial — parece-nos de primordial e capital valor para o esclarecimento definitivo de variados problemas de história nacional, os quais, exactamente porque têm sido estudados à margem das realidades jurídicas, não receberam ainda a sua explicação acertada e cabal.

Outro tanto se diga do estudo da História Eclesiástica do país. Os problemas de história política e mesmo militar ou marítima, e os problemas de história especificamente religiosa, tantas vezes se confundem, enredam, entretecem, encadeiam e interpenetram, que desconhecer estes equivale, necessariamente, a desconhecer aqueles em todos os seus contornos. Parece-nos estar neste caso o estudo da solução final da tormenta nacional que herdámos de D. Fernando.

P. ANTÓNIO BRÁSIO
C. S. Sp.

DOCUMENTOS

I

URBANO VI NOMEIA O DUQUE DE LANCASTER
COMANDANTE EM CHEFE DA CRUZADA

(21-3-1383)

Vrbanus, etc. Dilecto filio nobili viro Johanni Duci Lancastrie, pro nobis et Romana Ecclesia crucis vexillifers. Salutem, etc.//

Dum laudabilium tuorum consuetudinem operum, quam in te sic redegisse videtur Altissimus quodammodo in naturam ut obsequijs sancte matris Ecclesie, cui tam prompte, tam fideliter obsecundas, tepescere nescias, sed in aliis semper ardentius continua prosecutione feruescas, debita consideratione pensamus, dignum ducimus, ut deuocionem tuam congruis honoribus prosequamur.//

Hinc est quod nos fidei et deuotionis constantiam, quam tu et progenitores tui erga prefatam Ecclesiam cum grata exhibitione operum habuistis hactenus tuque habere assidue erga nos et eandem Ecclesiam non desistis, dignis laudibus efferentes, tuamque uolentes propterea honorare personam, cum in Regnis Castelle et Legionis se gerere presumit, predicari mandauerimus, te usque ad nostrum beneplacitum, huiusmodi crucis vexilliferum et gentium que ad eiusdem Johannis exterminium se accinxerint, Capitaneum constituimus et etiam deputamus. Nobilitatem tuam attentius exhortantes ut honorem huiusmodi prompta deuotione suscipiens, sic illum magnanimitate et potentia tibi suffrantibus solerter et fideliter exequaris, sic ipsius Crucis et Ecclesie Romane vexilla in tuis uel in tuorum manibus, cum superne virtute auxilio magnifice prodeant et erecta persistent, quod exinde preter diuine retributionis magnifica premia, ac humane laudis preconia, nostrum et Romane Sedis benedictionem et gratiam urberius consequi merearis.//

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre constitutionis et deputationis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit, indignationem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, se nouerit incursum.//

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xij Kalendas aprilis, Pontificatus nostri anno Quinto.

ARQUIVO DO VATICANO — *Reg. Vat.*, vol. 310, fls. 343-43v. — Caesaris Baronii — *Annales Ecclesiastici*, Paris, 1887, tom. 26, p. 446.

II

CRUZADA CONTRA O REI DE CASTELA

(21-3-1383)

Vrbanus, etc. Ad futuram rei memoriam. Decens censemus et debitum ut hij qui pro defensione fidei christiane et statu ac honore sancte Romane Ecclesie fideliter elaborant spiritualium carismatum dona exinde propensius assignantur.

Dudum siquidem contra iniquitatis alumnos Robertum, olim basilice Duodecim Apostolorum presbyterum Cardinalem, nunc antipapa, qui se Clementem papam ausu temerario nominare presumit, et nonnullos alios olim sancte Romane Ecclesie Cardinales primo, et subsequenter contra Johannem qui se gerebat pro Rege Castelle et Legionis et quosdam alios hereticos et scismaticos certos processus fecimus per quos eos tamquam hereticos et scismaticos puniendos sentencialiter condemnauimus et uoluimus inter cetera quod singuli Christi fideles qui crucis assumpto caracere, se ad prosequendum prefatum Johannem et alios per nos, ut premititur condemnatos, accingerent, et illos pro posse persequerentur, illam haberent indulgenciam illoque priuilegio essent muniti que accedentibus in terre sancte subsidium per sedem apostolicam conceduntur, prout in diuersis nostris inde confectis litteris, hec et alia plenius et lacius continetur. //

Cum autem sicut nuper ex fide dignorum relacionibus nobis innotuit dilectus filius nobilis vir Johannes, Dux Lancastrie, cum magna gencium armigerarum multitudine disposuerit et ordinauerit contra eundem Johannem per nos, ut prefertur, damnatum, se accingere et pro defensione catholice fidei ac honore suo statu Romane Ecclesie transfretare, et ipsum Johannem damnatum et eius sequaces et fautores magnanimitate et potencia sibi suffragantibus, uiriliter inuadere ac persequi intendat. //

Nos uolentes quod illi qui ad huiusmodi pium et laudabile propositum dicti Ducis exequendum dabunt opem et operam efficaces, eo libencius in huiusmodi Dei et sancte Romane Ecclesie, matris et magistre cunctorum seruicio se uiriliter exercean, quo exinde inanis spirituale premium se sperauerint adipisci, eiusdem Ducis in hac parte supplicationibus inclinati, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eius, auctoritate confisi, omnibus et singulis qui cum eodem Duce uel de ipsius ordinacione seu mandato, signo cruce muniti ad prosequendum prefatum Johannem damnatum et eius complices ac fau-

tores se accinxerint, ex eo ipso quod huiusmodi pium opus exequendum mare intrauerint cum firmo proposito et uera intencione illud pro posse exequendi, si uere penitentes fuerint et confessi, et eos in huiusmodi prosecutionem negocij persistentes, ab hac luce migrare contigerit, plenam suorum concedimus, auctoritate apostolica, ueniam peccatorum.//

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre concessionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem hoc attemptare presumpserit indignacionem omnipotentis Dei et beatorum Petri et Pauli, apostolorum eis, se nouerit incursum.//

Datum Rome et apud Sanctum Petrum, xij kalendas aprilis, Pontificatus nostri anno Quinto.

ARQUIVO DO VATICANO — *Reg. Vat.*, 310, fls. 343v-344v.

III

INDULGÊNCIAS AOS COMBATENTES CONTRA O REI DE CASTELA

(8-4-1383)

Vrbanus, etc. Ad futuram rei memoriam. Dudum contra iniquitatis alumnos Robertum olim Basilice Duodecim Apostolorum presbyterum Cardinalem, nunc antipapa, qui se Clementem papam ausu temerario nominare presumit, et nonnullos alios olim sancte Romane Ecclesie Cardinales primo, et subsequenter contra Johannem, qui se gerebat pro Rege Castelle et Legionis et quosquam alios omnibus per nos damnatos certos processus fecimus, per quos eos tamquam hereticos et scismaticos puniendos sentencialiter condemnauimus ac uolumus inter cetera quod omnes et singuli christifideles qui Crucis assumpto Caractere se ad persequendum prefatos Robertum et alios per nos ut premittitur condemnatos accingerent et alios pro posse persequerentur, illam haberent indulgenciam illoque priuilegio essent muniti que accedentibus in Terre Sancte subsidium, per sedem apostolicam conceduntur, prout hec et alia in diuersis nostris inde confectis litteris in diuersis mundi partibus publicatis plenius et laicius continentur.//

Cum autem sicut nuper accepimus dilectus filius Nobilis Vir Johannes, Dux Lancastrie, multarum armigerarum suffultus presidio, cum exercitu copioso assumpto, huiusmodi mirifice Crucis Caractere magnanimitate ac potencia sibi suffragantibus, prefatum iniquitatis filium Johannem,

per nos ut premittitur damnatum, ac eius fautores et sequaces uiriliter ac potenter sub vexillo sacrosancte Romane Ecclesie, cuius vexillifer in partibus illis per nos deputatus est inuadere et persequi intendat, et a nonnullis qui eundem Ducem ad persequendum prefatum Johannem damnatum comitari desiderant et nonnullis alijs ignoretur quid indulgentia uel priuilegium huiusmodi contineant uel importent, Nos eiusdem Ducis supplicationibus inclinati, illa ex huiusmodi priuilegijs et indulgentijs que felicis recordacionis Innocencius papa iij predecessor noster, in constitutione per eum edita in generali Lateranensi Concilio, que incipit Ad liberandam, in eius parte decisa continentur expresse et in ipsius integra in Regris eiusdem predecessoris fecimus dilligenter exquiri, presentibus duximus exponenda, eiusdem predecessoris prout expedita uidimus uerba sectando iudulsit, namque idem predecessor quod clerici Terre Sancte obsequijs insistendo beneficia sua integre perciperent ac si essent in ecclesijs residentes ac si mentē foret ea pro ea parte tempus quo huiusmodi negocio insisterent pugnare obligare ualerent, quodque Crucesignari, a collectis uel tallijs alijsque grauaminibus essent immunes ac ipsorum persone ac bona post Crucem assumptam, sub beati Petri et Romani Pontificis protectione manerent et quod omnes christifideles qui crucis assumpto caractere in Terre Sancte subsidium accederent, ipsi et eorum bona sub beati Petri et Romani Pontificis et protectione et sub Episcoporum et Archiepiscoporum ac omnium Prelatorum Ecclesie Dei defensione consistenter, propriis ad hoc nichilominus protectoribus deputandis. Ita ut donec de ipsorum obitu uel reditu certissime cognoscerent, integra et quieta manerent, et si quispiam contraire presumeret, censura ecclesiastica compesceretur. Si qui uero proficiscencium illuc ad prestandum usuras iuramento tenerentur astricti creditores eorum ut remitterent eis prescriptum iuramentum et ab usurarum exactione desisterent, eadem precepit discretionem compelli, quod si quisque creditarum eis ad solutionem usurarum contigerit, eum ad restitutionem earum similiter cogi animaduersione mandauit.//

Judeos uero ad remittendum usuras per secularem potestatem compelli precepit, et donec illas remitterent ab uniuersis christifidelibus per excommunicationis sentenciam eis omnino communionem denegari mandauit. Hijs autem qui Judeis debita soluere requirent, mandauit ut principes seculares ut illi delacione prouidere deberent, et quod post iter acceptum usque quo de ipsorum reditu uel obitu certissime cognosceretur usurarum incommoda non incurrerent, compulsis Judeis prouentus pugnarum quos interim perciperent in sortem deductis expensis necessarijs computare.

Porro uoluit quod ecclesiarum Prelati qui exhibenda iusticia Crucesignatis et eorum familia negligentes existerent, forent se grauiter puniendos. Et quia cursarij et pirate minis impediabant subsidium huiusmodi, capi-endo et spoliando transeuntes et redeuntes, idem predecessor eos et principales adiutores et fautores eorum, excommunicationis uinculo innodauit, sub intimatione anathematis, inhiendo, ne quis cum eis scienter communicaret, in aliquo venditionis uel emptionis communicatu et iniungens Rectoribus Ciuitatum et locorum aliorum et eos ab iniquitate huiusmodi renouarent atque compescerent. Alioquin quia nolle perturbare parueros nichil est aliud quam fouere, nec caret scrupulo societatis occulte qui manifesto facinori desunt obuiare in personas et terras eorum, prefatus predecessor per ecclesiarum Prelatos seueritatem ecclesiasticam exerceri uoluit et precepit.//

Preterea omnis qui huiusmodi laborem in propriis personis subirent et expensis, plenam suorum peccaminum, de quibus forent ueraciter corde contriti et ore confessi, ueniam consequerentur. Illi uero qui non in propriis personis illuc accederent, sed in suis duntaxat expensis, iuxta facultatem et qualitatem suam viros ydoneos destinarent et illi similiter qui licet alienis expensis in propriis tamen personis accederent, plenam suorum consequerentur ueniam peccatorum. Huiusmodi quoque remissionis ipse predecessor participes esse uoluit, iuxta quantitatem subsidij et deuotionis affectum, omnis qui ad persecutionem huiusmodi scismaticorum et hereticorum de bonis suis congrue ministrarent, aut iuxta predicta consilium et auxilium impenderent oportunum.

Nulli ergo omnino hominum liceat hanc paginam nostre exposissionis infringere uel ei ausu temerario contraire. Si quis autem, etc.//

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, bj Jdus aprilis, Pontificatus nostri anno Quinto.

ARQUIVO DO VATICANO — *Reg. Vat.*, 310, fls. 345-346v.

IV

CARTA AO BISPO DE BORDEUS SOBRE O CISMA CASTELHANO

(16-1-1389)

Urbanus, etc. Venerabili Fratri Francisco Archiepiscopo Burdegalensi. Salutem, etc. Dudum tempore quo Carissimus in Christo filius noster Johannes Rex Castelle et Legionis Illustris et Dux Lancastrie, regna Cas-

telle et Legionis de manibus ea occupantium recuperare disponebat, Nos ad dicti Regis instanciam, Venerabilibus fratribus nostris Willielmo Laudanensi, Johanni Herefordensi et Johanni Aquensi Episcopis, ac dilecto filio Waltero de Dysse, ordinis fratrum beate Marie de Monte Carmelo professori, in sacra pagina Magistro, ut omnibus et singulis prefato Regi circa recuperacionem regnorum suorum assistentibus et contra Scismaticos pugnantibus huiusmodi prosecutione durante, usque ad certum tempus, certas indulgencias auctoritate nostra elargiri et Crucem predicare et predicari facere possent, nonnullasque alias facultates per nostras litteras duximus concedendum, prout in dictis litteris plenius continetur.//

Et licet iam dudum idem Rex a prosecutione premissorum desierit et propterea causa cessauerit propter quam premissa et huiusmodi facultates concessae extiterunt, tamen prefati Episcopi et Walterus, ut asseritur, ut prius premissis utuntur et facultatibus supradictis, multaue aliaque ex eis occasione premissorum emolumenta et pecuniarum summas perceperunt et adhuc percipiunt, in animarum suarum et aliorum fidelium periculum et scandalum plurimorum. Nos circa hoc de oportuno remedio prouidere volentes, omnia et singula que postquam prefatus Rex a prosecutione huiusmodi negociorum desijt, pretextu dictarum litterarum per dictos Episcopos et Walterum uel aliquem ipsorum facta seu acta sunt, cum cessante causa cessare debeat et effectus, tenore presentium cassamus, irritamus, et annullamus ac nullius esse volumus roboris uel momenti.//

Quare fraternitati tue, per apostolica scripta mandamus, quatenus prefatos Episcopos et Walterum uel saltem illos eis principales, qui pecunias receptione predicacionis Crucis et alias occasione premissorum quomodolibet collegerunt, cites et citare procures, ut quintadecima die mensis Junij proximi futuri, se personaliter gentibus Camere nostre apostolice representent, gentes ipsas de gestis per eos in premissis informaturi. Ipsisque de preceptis per occasione premissorum rationem reddituri. Alioquin sentencias ferendas et processus quos per gentes predictae Camere super premissis de mandato nostro fieri contigerit poterunt merito formidare.//

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xvij kalendas Februarum, Pontificatus nostri Anno Vndecimo.

De Curia

P. de Wsser.

M. de Casanoua

*CARTA AOS BISPOS INGLESES
SOBRE O CISMA CASTELHANO
(16-1-1389)*

Urbanus, etc. Venerabilibus Fratribus Willielmo Laudanensi, Johanni, Herefordensi et Johanni Aquensi Episcopis, ac dilecto filio Waltero de Dysse, ordinis fratrum beate Marie de Monte Carmelo professori, in sacra pagina Magistro, Salutem, etc.//

Dudum tempore quo Carissimus in Christo filius noster Johannes Rex Castelle et Legionis Illustris et Dux Lancastrie, Regna Castelle et Legionis de manibus ea occupancium recuperare disponebat, Nos ad dicti Regis instanciam, ut omnibus et singulis prefato Regi circa recuperationem Regnorum ipsorum assistentibus et contra scismaticos pugnantibus huiusmodi negociorum prosecutione durante, usque ad certum tempus, certas indulgencias auctoritate nostra elargiri et Crucem predicare et predicari facere possetis, nonnullas aliasque facultates per nostras litteras duximus concedendas, prout in dictis litteris plenius continetur.//

Et licet iam dudum idem Rex a prosecutione premissorum desierit et propterea causa cessauit propter quam premissa et huiusmodi facultates concessae extiterunt, tamen uos, ut asseritur ut prius premissorum utimini et facultatibus supradictis multaue aliqua ex vobis, occasione premissorum, emolumenta et peccuniarum summas perceperunt et adhuc percipiunt, in animarum et aliorum fidelium periculum et scandalum plurimorum.//

Nos igitur in premissis de oportuno remedio prouidere volentes, omnia et singula que postquam prefatus Rex a prosecutione huiusmodi negociorum desijt pretextu dictarum litterarum, per vos uel uestrum aliquem facta seu acta sunt, cum cessante causa cessare debeat et effectus, tenore presencium cassamus, irritamus et annullamus ac nullius esse volumus roboris uel momenti, vobisque nichilominus per apostolica scripta mandamus, quatenus vos uel saltem illi ex vobis principales, qui peccunias racione predicacionis Crucis et alias occasione premissorum quomodolibet collegistis, quintadecima die mensis Junij proximi futuri se personaliter gentibus Camere nostre apostolice presentetis, gentes ipsas de gestis per vos informaturi. Jpsisque de preceptis per vos occasione premissorum racionem reddituri. Alioquin sentencias ferendas et processus quos per gen-

tes predictae Camere super premissis de mandato nostro fieri contigerit potestis merito formidare.//

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xvij kalendas Februarum, Pontificatus nostri Anno Vndecimo.

P. de Wsser.

De Curia
M. de Casanoua

ARQUIVO DO VATICANO — *Reg. Vat.*, 311, fls. 269-269v.

VI

D. JOÃO I MANDA DUAS GALERAS EM SERVIÇO DO PAPA (21-10-1391)

Bonifacius, etc. Dilectis filijs Nobili viro Johannj Ramalho, patrono duarum galearum nostrarum, per Carissimum in Christo filium nostrum Johannem, Portugalie et Algarbij Regem Jllustrem, ad seruicia nostra et Romane Ecclesie destinatarum, ac vniuersis et singulis personis cuiuscumque condicionis existant, in dictis galeis ad huiusmodi seruicia militantibus. Salutem, etc.//

Cum nos de probitatis et excepte circumspeccionis industria dilecti filij Nobilis viri Bernardi de Perpiniano, Militis, familiaris nostri ac dictarum galearum Capitanei, plenam in Domino fiduciam obtinentes, ipsum Bernardum ipsarum galearum Capitaneum, usque ad nostrum beneplacitum duxerimus deputandum, prout etiam dictus Rex deputauit, sibi exercendi, disponendi, ordinandi, statuendi, precipiendi, corrigendi, puniendi, diffiniendi et exequendi omnia que ad huiusmodi Capitaneatus officium pertinent plenarie concedentes.//

Volumus et vobis et cuilibet virum, tenore presencium, districte precipiendo mandamus quatenus eundem Bernardum Capitaneum deuote accipientes et honorifice pertractantes eidem tamquam Capitaneo ipsarum galearum plene in omnibus que ad huiusmodi Capitaneum officium pertinent intendere et efficaciter obedire curetis.//

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, xij kalendas Nouembris, Pontificatus nostri Anno Secundo.

P. de Bosco

De Curia
H. Berngens.

ARQUIVO DO VATICANO — *Reg. Vat.*, 313, fls. 185.

*CRUZADA DO PAPA BONIFACIO IX
CONTRA OS REIS DE CASTELA*

(1-9-1398)

Bonifacius, etc. Venerabilibus fratribus nostris Archiepiscopo Bracharensi et Episcopo Colimbriensi ac dilecto filio Decano ecclesie Bracharensis. Salutem, etc.//

Quamuis ad regimen apostolice sedis que, Domino disponente, mater omnium esse dinoscitur et magistra, insufficientes nos meritis et sapientia reputemus, Altissimi tamen Patris misericordia suffragante, sic sollicite pastorale officium intendimus exercere sicque iudicare pro viribus magnum et paruum, ne per illum apud quem non est acceptatio personarum in districto examine, ne in inequalitate iudicij merito iudicemus; et quia inimici Dei sonuerunt et qui oderunt eum extulerunt caput, malignauerunt consilium et cogitauerunt aduersus sanctos eiusdem et qui sic faciunt expedit ut in chamo et freno maxille eorum constringantur, ut sciant quia homines sunt, et quod potentia nobis et iusticie non poterunt temporaliter resistere. Demum docente ad faciendum condigne penitencie fructus, saltem lima correctionis et ferula iusticie reducantur.//

Dudum siquidem ad damnate memorie Johannes Henrici, olim pretensus Rex Castelle et Legionis, certificatus de canonica electione, inronisatone et coronatione felicis recordacionis Urbani pape vj, predecessoris nostri, eumque pro uero, summo ac Romano Pontifice et etiam per suas litteras et nuncios fidelitatem et obedientiam exhibuisset, et ab eo tam pro se ipso quam etiam pro multis alijs quamplures et diuersas gracias, tam spirituales quam temporales impetrasset, et postmodum idem Johannes in reprobum sensum datus, in fauorem damnate memorie Roberti, olim Basilice xij Apostolorum presbyteri Cardinalis, tunc Antipape, qui se Clementem vij ausu sacrilego nominabat, ac eius sequatium a deuotione, fidelitate et obedientia ipsius predecessoris atque Romane Ecclesie non solum seipsum subtraxisset, verum etiam prelatos et personas ecclesiasticas ac alios clericos et laicos Castelle et Legionis Regnorum, ut a predecessoris et Ecclesie huiusmodi fidelitate, obedientia et deuotione se subtraherent fraudulenter et per minas ac terrores compulisset; ac se et alios de Regnis ipsis in quadam achephalitate, que species heresis existit, quamquam in differenciam seu neutralitatem, ipse Johannes nominabat, constituisset, ac in ea per nonnulla tempora pertinaciter perseuerasset, etiam bona, res, iura, redditus et prouentus ad Cameram Apostolicam spectantia per se et alios vsurpando et capiendo, ecclesias

eciam Cathedrales ac Regulares aliaque beneficia ecclesiastica faciendo per scismaticos occupari, prefatus predecessor, qui salutem ipsius Johannis gelabat [*zelabat*], prefatum Johannem pluries per litteras ac Nuncios suos paterno zelo monuit, ut ab huiusmodi erroribus resspiceret, et maneret, prout tenebatur, in fidelitate, obedientia et deuotione predictis.//

Deinde uero cum ipse Johannes nolens intelligere ut bene ageret, spretis per eum monitis huiusmodi predecessoris eiusdem⁽²²⁾, detegens commentum sue dolositatis et fraudis, ac in profundum malorum descendens, huiusmodi damnatis scismaticis imitator effectus, et non timens amplius dicte Ecclesie scindere vnitatem, vna cum perditionis filio Petro, olim sancte Marie in Cosmedin Diacono Cardinali, uulgariter dicto de Luna, post obitum dicti Roberti, in apostolica sede intructo, Petro olim Tolletanensi et Lupo Cesaraugustanensi Archiepiscopis, Martino Pampilonensi, Johannes olim Ambianensi et Angelo olim Pensaensi Episcopis, ac Bonifacio de Amanatis legum doctore, satellitibus dicti Roberti Antipape, conspirationes et machinationes etiam contra ipsum predecessorem facte, os in celum ponere, lingua eius transeunte estimans loquacitatem et facundiam et maledicere consciencie bone signum, in nonnulla uerba non tam blasfema et heretica, quam vesana, contra ipsum predecessorem prorumpere, ipsumque lacerare cum vitijs huiusmodi scisma notorie, sed sectando, ac docmatizando, reditus non fuisset nec veretur, seque debere et uelle dicto Roberto Antipape credere, adherere et fauere, et fauores prestare, presumptuosa temeritate ac ausu sacrilego; conuocatis etiam diuersis Prelatis et personis alijs predictis, publice asseruisset et manifestasset, ac clericis et personis ecclesiasticis de Regnis eisdem, quod eidem Antipape crederent et obedirent et parerent, temere et de facto precepisset, prefata Antipape et eius sequacibus diuersa pecuniaria et alia subsidia, fauores et auxilia etiam contra predecessorem et Romanam Ecclesiam prefatos impendere presumpsisset, tamen lese maiestatis ac heresis, apostasie et conspirationis ac sacrilegij contra ipsum predecessorem damnabiliter incurrando, in anime sue graue periculum et apostolice sedis contemptum, ac preiudicium et scandalum plurimorum, ac premissa omnia essent notoria, quod non possent aliqua tergiuersatione celari, dictus predecessor nequiens tot et tantos execrabiles excessus dicti Johannis absque graui offensa Christi, salua conscientia peramplius tollerare, aduersus prefatum Johannem, in virtute Altissimi, de fratrum suorum, de quorum numero tunc eramus, consilio, duxerat exsurgendum. //

(22) Referência à bula *Regimini sacrosanctae*, de 28 de Março de 1382.

Et super premissis exigente iustitia, contra dictum Johannem ad hoc, licet absentem, legitime euocatum, debitis solemnitatibus obseruatis, nonnullos processus fecerat, in talibus fieri consuetis, per quos inter cetera, sententialiter pronunciauit, decreuit et declarauit prefatum Johannem fuisse et esse scismaticum, apostatam, sacrilegum, per blasfemia incitatore huiusmodi damnati scismatis, hereticorum fautorem, reum criminis lese maiestatis, conspiratorem et etiam contra ipsum predecessorem, et velut hereticum puniendum, ipsumque propter premissa incurrisse penas et sentencias tam a iure quam ab homine in talia perpetrantes inflictas et promulgatas, ac fore priuatum et depositum; ac priuauit et deposuit a quibuscumque dignitatibus et honoribus, necnon iure, si quod in dictis Regnis, seu ad ea quomodolibet competebat aut competere poterat, ac eciam Regnis ipsis, si ad eum tunc pertinebant uel pertinere poterant quoquo modo, et omnibus feudis et bonis que a dicta Romana et quibusuis alijs ecclesijs uel personis ecclesiasticis seu Romano Imperio et quibuslibet alijs obtinebat et que quomodolibet eciam de facto tenebat, ipsiusque bona omnia fuisse et esset confiscata et confiscauit, ac eius personam detestabilem et infamem fore exponendam, et exposuit a christifidelibus capiendam. //

Monuit etiam dictus predecessor, de dictorum fratrum consilio, omnes et singulos christifideles utriusque sexus, homines cuiuscumque status, ordinis uel condicionis existerent, etiam si Pontificali, Imperiali, Regia seu quauis alia dignitate fulgerent, etiam si essent sancte Romane Ecclesie Cardinales, ne aliquis eorum in Ciuitatibus, Castris, Villis, Terris seu locis que etiam de facto tenerent, prefatum Johannem scienter recipere et receptare, aut sibi ad ea aditum prebere, seu ad illa in quibus ipse Johannes tunc habitabat seu moram trahebat, aut ex tunc habitaret uel moram traheret, in ipsius uel sequatium eius fauorem, blada, uina, carnes, pannos, ligna, uictualia, pecunias, merces, sequatium eius fauorem, blada, uina, carnes, pannos, ligna, uictualia, pecunias, merces, res uel quicumque alia bona ad ipsorum usum utilia portare, mittere uel deferre, seu portari, mitti uel deferri facere presumerent, nec per aliquos si hoc quouis modo perhibere possent, mitti, deferri uel portari permetterent. Alioquin eos qui in premissis uel aliquo premissorum contra huiusmodi monita et mandata facere, uel eidem Johanni directe uel indirecte, publice uel occulte, auxilium, consilium uel fauorem prestare presumerent, si singulares persone, excommunicationis sentenciam incurrere, si uero Communitates uel vniuersitates forent, tam ipsos quam eorum Ciuitates, Castra, Villas, terras et loca ecclesiastico interdicto subiacerere uoluit ipso

facto, et huiusmodi Ciuitates, Castra, ville, Terre et loca, Ciuitatum, Castrorum, Villarum et locorum aliorum commercio. Et nichilominus Ciuitates ipse pontificali dignitate priuarentur a quaquidem excommunicationis sententia nullus ab alio quam a Romano Pontifice, preterquam in mortis articulo posset absolui, nec interdictum huiusmodi per alium quam per eundem Romanum Pontificem relaxari. //

Preterea omnes et sigulos qui prefato Johanni juramento fidelitatis, homagij aut alterius cuiuscumque obsequij debito summissione, obligatione uel pacto quacumque firmitate uallato prius tenebantur astricti absoluit et esse decreuit absolutos ita quod nullus ei obedire, intendere uel parere, nullusque ei debita reddere aut respondere extra iudicium uel in iudicio teneretur; quinymo districtius inhiuit omnibus et singulis Ducibus, Principibus, Comitibus, Baronibus, Militibus, Nobilibus et alijs singularibus personis, necnon Communitatibus et Vniuersitatibus quibuscumque, ne prefato Johanni in aliquo parerent uel intenderent, nec sibi aut Officialibus suis quecumque datia, collectas, gabellas, pedagia, fructus, redditus et prouentus, pecuniarum summas aut queuis alia subsidia seu seruicia directe uel indirecte, publice uel occulte dare, soluere uel quouismodo prestare presumerent. Alioquin omnes et singuli qui secus agerent, si singulares persone excommunicationis, si uero Communitates uel Vniuersitates forent, interdicti sententias huiusmodi, etiam eo ipso incurrerent, a quaquidem excommunicationis sententia, preterquam in mortis articulo, ut prefatur, nullus ab alio quam a Romano Pontifice prefato posset absolui, nec interdictum huiusmodi ab alio quam ab eodem Pontifice relaxari; pronunciauit etiam et declarauit sententialiter, ut prefatur, quod idem Johannes intestabilis esset, nec testamenti haberet liberam faccionem, ad bona quoque aliorum ex testamento uel ab intestato nullatenus admitteretur, nulla fides, nulla credulitas adhiberetur eidem, sed a testamento uelut infamis et indignus totaliter repelleretur; esset etiam ei iudicatus et cuiuscumque alterius publici officij exercitium interdictum.

Voluit insuper quod omnes et singuli christifideles, qui assumpto Crucis caractere ad prefati Johannis scismatici et ut prefatur damnati, exterminium se accingerent et illum pro posse prosequerentur, illa gauderent indulgentia illoque priuilegio essent communiti que accedentibus in Terre Sancte subsidium conceduntur.

Dictusque uero predecessor ne tot et tantorum facionorum et scelerum in Diuine Maiestatis offensam et dicte Romane Ecclesie Matris cunctorum fidelium et Magistre maximam contumeliam et contemptum

fideique catholice ac utilitatis rei publice detrimentum nequiter patratorum ad succedentium temporum secula, sine correccione debita in multorum perniciem memoria deueniret, et ne prefatus Johannes sic, ut prefertur, damnatus et a Deo reprobatus regnaret, qui in suis heresibus persistere, et excessus excessibus cumulare, ac Romane Ecclesie predictae pacem turbare, et inter christifideles scismata, dissensiones et scandala cultumque christiane fidei, sine qua quisquam Deo placere nequit, quantum in eo erat deprauare tenebatur, suos prauos et damnandos conceptus in partum ulterius producere posset, sed potius dextera Domini faciente uirtutem, uiriliter resisteretur eidem, et ipsius damnandi propositi executioni elideretur, oportunis, idem predecessor etiam prouidere remedij cupiens, quia in hijs Dei et predictae Romane Ecclesie causam agi conspiciebat, illa deuote prosequentibus, decreuit spiritualibus auxilijs et presidij assistendum, ut causam ipsam eo feruentius prosequerentur, quo exinde maioris retributionis merita se sperarent adepturos.//

Quapropter idem predecessor, de omnipotentis Dei misericordia et beatorum Petri et Pauli Apostolorum, eius auctoritate confisus, omnibus uere penitentibus et confessis, qui prefatum Johannem prefati Roberti tunc Antipape complicem et fautorem sic damnatum, et ipsius Johannis complices, fautores et receptatores ac ei credentes, quandiu in huiusmodi scismate ac extra eiusdem Romane Ecclesie gratiam persistenter, in personis et sumptibus proprijs, necnon hijs qui in personis proprijs, alienis tamen expensis expugnarent, et super hoc per unum annum, incipiendum a die quo bone memorie Wilhelmus Episcopus Bethlehemitanus, quem dictus predecessor Executorem super hoc deputauit, illud duceret ordinandum, continue uel interpolatim in expugnatione huiusmodi laborarent, Ecclesie sequendo vexillum, tam clericis quam laicis, et eis insuper qui suis dumtaxat expensis iuxta facultates et quantitates suas destinarent seu eidem Episcopo aut alij uel alijs per ipsum Episcopum deputando seu deputandis, ministrarent sufficiencia stipendia, ut idem Episcopus destinare osset pro eis idoneos bellatores per dictum tempus moraturos et bellatores ibidem illam concessit indulgenciam et ueniam peccatorum, que concedi per Sedem Apostolicam proficietibus in Terre Sancte subsidium consuevit, et in retributionem iustorum salutis eterne pollebatur augmentum.//

Eos autem qui non per annum integrum, sed per ipsius anni partem in huiusmodi Dei seruitio laborarent, iuxta quantitatem laborum et deuotionis affectum, participes esse uoluit indulgencie memorate. Quodque si forsitan ipsorum aliquem post iter arreptum in prosecutione dicti ne-

gocij ex hac luce migrare contingeret, uel interim negocium ipsum congrua terminacione compleri, eos integre participes esse uoluit ipse predecessor indulgencie memorate, ac etiam huiusmodi remissionis uoluit esse participes iuxta quantitatem subsidij et deuocionis affectum, omnes qui ad expugnacionem dicti Johannis et aliorum damnatorum, sequacium et fautorum suorum eidem Episcopo uel per eundem Episcopum deputando uel deputandis, de bonis suis congrue ministrarent.//

Et nichilominus abbreviandi huiusmodi anni terminum ac subsidij quantitatem, iuxta ipsius Episcopi circumspeccionis arbitrium, consideratis personarum ac locorum et temporum qualitibus et condicionibus, idem predecessor plenam et liberam concessit per suas certi tenoris litteras potestatem, mandans insuper eidem Episcopo concessionem ipsam predecessoris eiusdem, ac predicta omnia per eum uel alium seu alios ad hoc ydoneos in Castelle et Legionis predictis, ac Aragonie, Portugalie ac Nauarre Regnis, et in partibus Vasconie, necnon in omnibus Ciuitatibus, Terris ac locis ipsorum Regnorum, et presentium in ecclesijs et locis eorum, quando et quociens expedire uideret, solemniter publicaret et exponeret et per alios, quos ad hoc ydoneos reputaret, publicari et exponi faceret, ut melius et clarius intelligeretur ab omnibus in vulgari, ac fideles Christi instantius et efficacius per uerbum predicacionis, et alias prout expediens foret, inducere non postponant, ut suscipientes cum reuerencia per manus dicti Episcopi uel aliorum per eum ad hoc deputandorum, venerabile signum Crucis, ipsumque suis humeris et cordibus affigentes, ad prosequendum huiusmodi causam Dei et dicte Romane Ecclesie Matris eorum uiriliter se accingerent, prout in predictis litteris predecessoris eiusdem plenius continetur.//

Postea uero predictus Johannes huiusmodi litteris⁽²³⁾, quarum indubitam noticiam habuit, in contemptum damnabiliter ductis, ac eiusdem nephandi scismatis etiam extunc remanens labe respersus, exemplo Pharaonis, cuius cor semper extitit induratum, perijt in eternum, nam impenitens repentina morte, ipse Johannes, diuino ut creditur percussus iudicio, penam in proprio corpore tulit; cuius actus in hoc facto miserabilis exitus comprobauit.⁽²⁴⁾//

Cum autem, sicut iam diu fama publica uulgauit, et pene iam orbis pre-

(23) Cfr. as bulas *Dudum siquidem e Dudum contra iniquitatis*, documentos n.º II e III.

(24) Morreu em Alcalá de Henares, um domingo, dia 9 de Outubro de 1390, da queda de um cavalo, ao sair da porta de Burgos. Cfr. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II, pág. 318, Cap. CXLVI.

dicat vniuersus, Henricus dicti Johannis natus, patri succedens, in uicium et proteruam ac demenciam sequendo paternas, non aduertens illud quod scriptum est, *Ego sum Deus qui uisito peccata parentum in filios usque ad tertiam et quartam generacionem*; eciam nobis et eidem Ecclesie Romane, quam tamquam Matrem et dominam reuerenter multipliciter honorare, ac recognoscere Deum celi deberet, qui potentem ponit de sede et sublimat pauperem et egnum, ac eciam fidelibus et deuotis nostris in illis et uicinis regionibus ac partibus constitutis, prauis actibus suis multiplices iniurias et offensas hactenus intulerit, et inferre non cesset, eciam ut hereticus et scismaticus notorius, ac in temerarium et illicitum fauorem Petri de Luna predicti, in eadem Sede Apostolica, ut prefertur, intrusi ac fautorum, sequacium et complicum eiusdem, quibus eciam publice et notorie adherere presumpsit, hactenus et presumit. Vnde quot animarum pericula iacture et scandala detestabilia fidelibus ipsis hactenus prouenerint et uerisimiliter possent, nisi super hoc apostolica solercia, urgente conscientia, solicite prouideret, etiam in antea peruenire satis est notum, maiora.//

Vnde nos, in cuius persona dictum est per prophetam: *Clama, ne cesses, quasi tuba exalta uocem tuam, argue, increpa, obseca*, imprime et qui de quolibet peccato mortali quemlibet tenemur corripere christianum, iuxta illud: *Ecce constitui te super gentes et regna, et (sic) euellas, dissipas, edifices et plantes*. Ea propter non uolentes ulterius tam publica et manifesta grauissima delicta et excessus execrabiles et enormes, predicti Henrici, ulterius sub dissimulatione transire, et huiusmodi periculis, iacturis et scandalis obuiare, et animarum saluti quantum nobis ex alto permittitur, in hac parte prouidere salubriter cupientes, ac predictas litteras predecessoris eiusdem et omnia inde secuta rata habentes et grata, dictas litteras ex certa sciencia, auctoritate apostolica confirmamus et approbamus, necnon quoad eundem Henricum natum suosque sequaces et complices et fautores huiusmodi promulgate fuerunt, de fratrum nostrorum conscismate, necnon alijs premissis illicitis omnes et singulos, cuiuscumque status, gradus, ordinis uel condicionis existant, in omnibus et per omnia, prout contra dictum Johannem patrem suum eiusque sequaces, et complices et fautores huiusmodi promulgate fuerunt, de fratrum nostrorum consilio et apostolice plenitudine potestatis extendimus per presentes.//

Quocirca discrecioni uestre per apostolica scripta mandamus, quantum huiusmodi litteras in omnibus predictis Regnis et partibus et uicinis locis, ubi et in quibus commode et absque periculo fieri poterit, per te uel alium seu alios, quem uel ad quos ad hoc duxeris deputandum seu

etiam deputandos, auctoritate nostra contra Henricum natum suosque complices et fautores et omnes alios et singulos superscriptos in hoc culpabiles, iuxta tenorem et formam ipsarum litterarum predecessoris eiusdem, eadem auctoritate publicare procuretis. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione postposita compescendo. Non obstantibus omnibus supradictis. Seu si aliquibus communiter uel diuisim a prefata Sede indultum existat, quod interdici, suspendi uel excommunicari non possint per litteras apostolicas, non facientes plenam et expressam ac de verbo ad uerbum de indulto huiusmodi mencionem.//

Datum Rome, apud Sanctum Petrum, kalendas Septembris, Anno Nono.

A. de Portuguario

De Curia
P. de Castro

ARQUIVO DO VATICANO — *Reg. Vat.*, vol. 316, fls. 21-25. — Caesaris Baronii *Annales Ecclesiastici*, tom. 27, p. 29-31, com numerosos erros de transcrição.